



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Secretaria de Previdência

Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social - SRPPS

Coordenação de Auditoria e Contencioso - CGAUC

Coordenação de Contencioso Administrativo Previdenciário - COCAP

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo, Ala A, 4º andar - Sala 453 - Bairro Zona Cívico-Administrativa

CEP 70059-900 - Brasília/DF - Fone: (61) 2021-5555 - e-

mail: atendimento.rpps@previdencia.gov.br

CGAUC - Coordenação-Geral de Auditoria e Contencioso, em 29 de agosto de 2022.

Despacho de Justificativa SEI nº 101/2022/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV-MTP

Referência: Processo Administrativo Previdenciário - **PAP nº 229/2011 - Processo nº 44000.002146/2011-26**

Interessado: MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

Assunto: JUSTIFICATIVAS DE REGULARIZAÇÃO APÓS DESPACHO DE PRECLUSÃO

1. Trata-se de justificativas apresentadas pelo MUNICÍPIO DE **MONTES CLAROS/MG**, objetivando a correção de irregularidades sancionadas no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV, nos autos do Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 229/2011.

2. A lide administrativa origina-se da Notificação de Auditoria Fiscal - NAF nº 198/2011 (anexa aos autos), que aponta irregularidades nos seguintes critério "Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa":

CRITÉRIO	FUNDAMENTO	ITEM DO RELATÓRIO
Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa.	Lei nº 9.717/1998, art. 1º, II; Portaria nº 204/2008, art. 5º, I; Portaria nº 402/2008, arts. 6º e 29, §§ 3º e 5º.	Item 6.7

3. No trâmite do presente Processo Administrativo Previdenciário - PAP, já foram emitidos os seguintes atos decisórios:

a) Em 23/01/2022, o Despacho-Decisório - DD MPS/SPPS/DRPSP/CGACI nº 009/2012, concluindo pela procedência da Notificação, no critério "Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa."

b) Em 06/11/2020, o Despacho verificando que não houve qualquer manifestação do ente quando o Despacho Decisório: "3. Verificamos que até a presente data, as questões apontadas no decisório permanecem inalteradas, não havendo qualquer manifestação do ente em relação ao débito apurado." 4. Registramos como resultado do batimento entre os sistemas SIGA e CADPREV, relacionados ao PAP em questão, o seguinte: A situação do processo no SIGA (Pendente com irregularidade) guarda coerência com o critério gravado no CADPREV-Web/Interno, que apresenta a seguinte irregularidade: Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa"

c) Em 06/11/2020, o Despacho de Justificativa SEI nº 403/2020/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, mantendo o débito levantado.

d) Em 23/06/2021, Despacho de Justificativa SEI nº 90/2021/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, também mantendo o débito levantado.

e) Em 05/01/2022, Despacho de Justificativa SEI nº 2/2022/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, mantendo o critério como irregular.

4. Por intermédio do ofício s/nº, de 13 de julho de 2022, cadastrado no SEI sob o nº 26524976, o representante do Regime Próprio Municipal apresentou justificativas, que serão analisadas em cada ponto de irregularidade da NAF.

5. Em consulta ao Extrato Interno dos Regimes Previdenciários do CADPREV-Interno, verifica-se que o referido critério se encontra em situação "IRREGULAR", conforme análise contida no Despacho de Justificativa SEI nº 2/2022/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME.

6. É o breve Relatório.

DA ANÁLISE

PRELIMINARES

7. A princípio, cumpre destacar que o PAP em questão já se encontra extinto e arquivado, em face da situação identificada pelo Despacho-Decisório - DD MPS/SPPS/DRPSP/CGACI nº 009/2012 e, em vistas disso, a documentação ora trazida aos autos será recepcionada como **JUSTIFICATIVAS DE REGULARIZAÇÃO** e analisada pelo procedimento de auditoria-fiscal indireta, na qual será verificada a comprovação da regularidade ou adequação dos critérios sancionados como **IRREGULAR**, tudo à luz da ordem gravada no art. 267, §4º da Portaria nº 1.467/2022, onde estabelece que "O ente federativo será cientificado do reconhecimento, reconhecimento parcial ou não reconhecimento, pela SPREV, da regularidade ou regularização a que se refere o caput por meio de Despacho de Justificativas - DJ, em relação ao qual não se aplica o disposto nos arts. 257 a 266 (sem destaque no original)."

8. Ainda em sede preliminar, as peças trazidas aos autos mediante cópia são recepcionadas e conhecidas com amparo no § 2º do art. 256 da Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022, onde estabelece que "Ficam dispensados o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no país e destinados à digitalização para fazer prova junto aos autos, exceto se existir dúvida fundada quanto à sua autenticidade ou à previsão legal".

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVAS

9. Análise do Critério "Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa

9.1. No item 6.7 do Relatório de Auditoria, objetivamente constam os débitos levantados relativamente ao critério "Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa". Reproduzimos, *in verbis*:

"Constatou-se, que os valores das contribuições devidas, incidentes sobre o salário base de cálculo constantes das folhas de pagamento dos servidores de cargo efetivo, pertencentes ao quadro da Prefeitura Municipal de Montes Claros, foram repassados parcialmente, ficando diferenças de valores a serem efetivamente repassados, ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros, PREVMOC, conforme tabela a seguir:

Período	Competência	Descrição	Valor
Exercício de 2008.	Mês 11, 12 e 13*, de 2008.	- Contribuições retidas dos servidores, e não repassadas pela Prefeitura Municipal.	1.032.484,85
	Meses 06 a 12, e 13*, de 2008.	- Contribuições parte do Ente, e não repassadas, pela Prefeitura Municipal.	2.421.579,37
Exercício de 2009.	Meses 01, a 12 e 13*, de 2009.	- Contribuições retidas dos servidores, e não repassadas pela Prefeitura Municipal.	973.117,72
	Meses 01 a 12, e 13*, de 2009.	- Contribuições parte do Ente, e não repassadas, pela Prefeitura Municipal.	2.055.559,72
Exercício de 2010.	Meses 01, a 12 e 13*, de 2010.	- Contribuições retidas dos servidores, e não repassadas pela Prefeitura Municipal.	2.473.714,79
	Meses 01 a 12, e 13*, de 2010.	- Contribuições parte do Ente, e não repassadas, pela Prefeitura Municipal.	2.046.609,36
Exercício de 2011.	Meses 01, a 06, de 2011.	- Contribuições retidas dos servidores, e não repassadas pela Prefeitura Municipal.	1.453.481,89
	Meses 01 a 06, de 2011.	- Contribuições parte do Ente, e não repassadas, pela Prefeitura Municipal.	942.802,10
Total de Débito de Contribuições		Alíquotas aplicadas de acordo com as Leis Municipais nº 002/2005, 008/2006 e 017/2009.	13.399.349,79

- Foram analisados por esta auditoria, as informações prestadas pelo ente municipal, tendo como base de cálculo os valores apresentados nos resumos das folhas de pagamento, sendo considerado como repasses os valores efetivamente contabilizados como receitas de contribuições referente aos descontados dos segurados e bem como parte patronal, registrados nos Balanços Financeiro e Patrimonial do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - MG, PREVMOC, conciliados com a movimentação financeira, registrados nos extratos bancários e também conforme a posição da conta de despesas empenhadas pela Contabilidade da Prefeitura Municipal.

- Os valores destacados no quadro acima, foram tabulados em planilhas discriminando o débito, por competência, denominada "Diferenças de Contribuições a serem Regularizadas", sendo que estas, fazem parte integrante deste relatório de auditoria.

- Ficou constatado um débito de contribuições previdenciárias, e não repassados pela Prefeitura Municipal, ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC, até junho de 2011, última competência verificada por esta auditoria, considerando alíquotas definidas em Lei no montante de R\$ 13.399.349,79, (Treze milhões trezentos e noventa e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos), em valores originários, cabendo ao Chefe do Executivo do Município, tomar medidas para equacionar o débito constituído, seja através de quitação dos valores atualizados, ou por Confissão de Débitos Previdenciários e solicitação de Termo de Parcelamento.

- Informamos que o ente municipal, deverá apresentar as justificativas e ou as medidas tomadas para que sejam liquidados os valores devidos, ou incluído em Termo de Acordo de Parcelamento, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento desta Notificação de Auditoria Fiscal - NAF, na forma definida no item 15.4 deste relatório. Não havendo manifestação por parte do ente municipal, será motivo para inclusão do município no Sistema de Cadastro de Regimes Próprio de Previdência Social - CADPREV, no status, irregular no critério "Caráter Contributivo -(Repasse,) Decisão Administrativa".

9.2. No Despacho de Justificativa SEI nº 2/2022/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, consta a seguinte análise/conclusão:

"9.6. Verifica-se, pois, que o ente federativo pugna pela aceitação do Acordo de Parcelamento nº 221/2020, para regularização do Critério Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa, argumentando que o PREVMOC em março/2020 parcelou juntamente ao Município de Montes Claros o saldo devedor remanescente no valor de R\$ 15.600.381,42, originando o Termo de Acordo de Parcelamento nº 00221/2020.

9.7. Conforme consta no Sistema Cadprev-Web, o proposto TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO Nº 221/2020, apresenta os seguintes parâmetros:

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP																	
1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO																	
CNPJ: 22.078.814/0001-35		Número do acordo: 0021/2020		Data de constituição de		18/03/2020											
Ente: Prefeitura Municipal de Montes Claros / MG				Data de assinatura do Termo:		19/03/2020											
Título: SALDO REMANESCENTE DE PARCELAMENTO - DESPACHO DE JUSTIFICATIVAS-DJ Nº295-2016				Data de vencimento da 1ª		31/03/2020											
Lei autorizativa do		LEI COMPLEMENTAR Nº79 DE 03 DE MARÇO DE 2020															
2. RESULTADO DA RUBRICA																	
Rubrica: DESPACHO DE JUSTIFICATIVAS-DJ Nº295-2016																	
Competência Inicial: 02/2016		Final: 02/2016		Quantidade de Parcelas: 42													
Diferença		15.600.381,42		Diferença apurada		23.228.797,10											
Valor da parcela na data de		553.066,60															
— Critérios de atualização para consolidação do																	
Índice: IPCA		Taxa de juros: 0,50 an		Tipo de juros: Composto		Multas: 1,00 %											
— Critérios de atualização das parcelas																	
Índice: IPCA		Taxa de juros: 0,50 an		Tipo de juros: Composto													
— Critérios de atualização das parcelas																	
Índice: IPCA		Taxa de juros: 0,50 an		Tipo de juros: Composto		Multas: 1,00 %											
3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFORMADOS MANUALMENTE)																	
COMPETÊNCIA	DIFERENÇA AFURADA	ÍNDICE	VARIACÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA									
02/2016	15.600.381,42	0,90	16,41	2.560.022,59	27,05	4.912.389,28	156.003,81	23.228.797,10									
TOTAL:	15.600.381,42			2.560.022,59		4.912.389,28	156.003,81	23.228.797,10									

9.8. Observa-se no Demonstrativo Consolidado de Parcelamento - DCP do Acordo de Parcelamento nº 00221/2020 trás como rubrica, título e rubrica: SALDO REMANESCENTE DE PARCELAMENTO - DESPACHO DE JUSTIFICATIVAS-DJ Nº295-2016/DESPACHO DE JUSTIFICATIVAS-DJ Nº295-2016, não especificando a descrição do débito ser patronal ou segurados. O período também foi cadastrado como 02/2016 apenas. No quadro RESUMO FINAL acima colacionado pelo ente federativo, verifica-se uma posição do saldo remanescente que apurou em 25/02/2016.

9.9. Todavia, é inequívoco que os débitos apurados pela auditoria

correspondem a débitos de contribuição patronal e de contribuição de segurados, abrangendo o período de jan/2008 a jun/2011 (patronal) e nov/2008 a jun/2011 (segurados), conforme se observa no item 6.7 do Relatório de Auditoria Direta, anexo da Notificação de Auditoria Fiscal - NAF nº 0198/2011.

9.10. Por conseguinte, o proposto Termo de Acordo de Parcelamento nº 00221/2020 não se apresenta regular para aceitação e saneamento do débito levantado pela auditoria fiscal, visto que não especifica em rubrica tratar-se de contribuição patronal ou de segurados. Nem o ENTE federativo apresenta em separado o parcelamento dessas rubricas na forma levantada no Relatório de Auditoria Fiscal, anexo a Notificação de Auditoria Fiscal - NAF nº 0198/2011.

9.11. Em razão das inconsistências ainda existentes no Termo de Acordo de Parcelamento nº 00221/2020, anteriormente já verificadas no Despacho de Justificativa nº 90/2021, e não havendo até o presente outra solução de quitação do débito levantado na NAF em tela, permanece a irregularidade quanto ao critério “Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa”.”

9.3. Em Justificativa apresentada em 13 de julho de 2022, o representante do Regime Próprio do Município alega, em síntese, que o parcelamento foi realizado conforme orientação da SRPPS, e solicita a reanálise e regularização do critério, conforme abaixo reproduzido:

Montes Claros, 13 de Julho de 2022

AO
MINISTÉRIO DA ECONOMIA – ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO – SEPT
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA – SPREV
SUBSECRETARIA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – SRPPS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA E CONTENCIOSO – CGAUC

REF:

Despacho de Justificativa SEI nº 2/2022/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV/SEPT-ME

Referência : Processo Administrativo Previdenciário – PAP Nº 229/2011

Interessado : Município de Montes Claros/MG

RECURSO ADMINISTRATIVO – JUSTIFICATIVAS DE REGULARIZAÇÃO

1) INTRODUÇÃO

Trata-se de irregularidades atribuídas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Montes Claros/MG, em face do contido no Relatório de Auditoria Direta anexo da Notificação de Auditoria-Fiscal – NAF nº 198/2011, de 30/08/2011, que teve por finalidade apresentar as conclusões obtidas no procedimento de Auditoria Direta no RPPS em questão, que culminou no Despacho de Justificativa SEI nº 2/2022/COCAP/CGAUC/SRPPS/ SPREV/SEPT-ME.

2) DAS JUSTIFICATIVAS

Conforme os itens 9.8 a 9.11 da página 8 do Despacho de Justificativa nº 002/2022, o auditor constatou que o Termo de Parcelamento 221/2020 não especificou se a descrição do débito era patronal ou segurados, enquanto o débito apurado na NAF 198/2011 refere-se a débito PATRONAL E SERVIDOR.

A Auditoria constatou que os valores das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS do Município, incidentes sobre as bases de cálculo constantes das folhas de pagamento dos servidores titulares de cargo efetivo, pertencentes ao quadro da Prefeitura Municipal de Montes Claros/MG, no período de 06/2008 a 06/2011 foram parcialmente repassadas a Unidade Gestora do RPPS, restando diferenças no montante originário de dívida em R\$ 13.399.349,79, sendo R\$ 5.932.799,25 referente a parte SERVIDOR e R\$ 7.466.550,54 referente à parte PATRONAL, conforme somatório da tela a seguir, extralida da NAF nº 198/2011, pág. 29:

Período	Competência	Descrição	Valor
Exercício de 2008.	Mês 11, 12 e 13, de 2008.	- Contribuições retidas dos servidores, e não repassadas pela Prefeitura Municipal.	1.032.484,85
	Meses 06 a 12, e 13, de 2008.	- Contribuições parte do Ente, e não repassadas, pela Prefeitura Municipal.	2.421.879,37
Exercício de 2009.	Meses 01, a 12 e 13, de 2009.	- Contribuições retidas dos servidores, e não repassadas pela Prefeitura Municipal.	973.117,72
	Meses 01 a 12, e 13, de 2009.	- Contribuições parte do Ente, e não repassadas, pela Prefeitura Municipal.	2.055.559,72
Exercício de 2010.	Meses 01, a 12 e 13, de 2010.	- Contribuições retidas dos servidores, e não repassadas pela Prefeitura Municipal.	2.473.714,79
	Meses 01 a 12, e 13, de 2010.	- Contribuições parte do Ente, e não repassadas, pela Prefeitura Municipal.	2.046.509,36
Exercício de 2011.	Meses 01, a 06, de 2011.	- Contribuições retidas dos servidores, e não repassadas pela Prefeitura Municipal.	1.453.481,86
	Meses 01 a 06, de 2011.	- Contribuições parte do Ente, e não repassadas, pela Prefeitura Municipal.	942.892,10
Total de Débito de Contribuições		Alíquotas aplicadas de acordo com as Leis Municipais nº 002/2005, 008/2006 e 017/2009.	13.399.349,79

Além dos apresentados acima, o Município de Montes Claros CONFESSOU valores no montantes de R\$ 4.200.160,13 e R\$ 6.269.059,77 (discriminados no ANEXO III), referentes as Leis Municipais nº 4.348/2011 e nº 4574/2012, respectivamente, e seus Termos de Parcelamento de Dívidas celebrados entre o RPPS e o Ente Federativo, originando o débito VALORES CONFESSIONAIS no total de R\$ 10.469.219,90, que somado ao valor do débito SERVIDOR e PATRONAL discriminados anteriormente perfazem uma dívida total de R\$ 23.868.569,70.

Ainda, após recursos apresentados pelo Município de Montes Claros, o Despacho de Justificativas nº 295/2016/DRPPS/MF reconheceu os créditos (R\$ 26.675.678,05 – ANEXO IV) oriundos do pagamento dos parcelamentos celebrados pelas Leis Municipais nº

4.348/2011, nº 4.349/2011 e nº 4574/2012, dado que a auditoria anterior não os considerou, apontando vício formal conforme explicitado no Relatório de Auditoria.

Assim sendo, para consolidação dos débitos previdenciários, seguiu-se as recomendações do auditor no Despacho de Justificativas nº 295/2016/DRPSP/MF págs.: 38 e 39, destacadas a seguir:

18.1.1.1. no caso em pauta, para solucionar a questão, cabe ao Excelso Poder Judiciário adotar as seguintes providências:

i) editar lei alterando a legislação anterior para autorizar a reconstrução das dívidas com base nos parâmetros da Portaria MPS 402/2008, a fim de garantir a mínima atualizaçã no pagamento da dívida, bem como autorizar o parcelamento e/ou pagamento de eventuais diferenças geradas em face da reconstrução;

ii) editada a lei autorizativa, deverá ser aprovado, por competência, os valores das bases de cálculo das contribuições parceladas devidas das leis mencionadas retro (4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012);

iii) com fundamentação nos bases de cálculo mencionadas, apurar os valores das contribuições devidas em valores originários (servidor e patronal por competência);

iv) após o processamento retro (apuração do valor originário das contribuições) atualizar os valores originários das contribuições com base na lei que autorizar a reconstrução da dívida nos parâmetros originais pela Portaria MPS 402/2008;

v) no que concerne às parcelas pagas, desses parcelamentos, deverão, em detalhamento, ser emitidos, pela SIA, da Portaria MPS 402/2008, os parâmetros pagos desses parcelamentos deverão ser atualizados nas mesmas bases para efeitos de dedução no valor da dívida reconstruída e apuração de eventual saldo a pagar e/ou parcelar.

Segundo as recomendações da auditoria, especificamente ao “item i”, foi promulgada a Lei Complementar Municipal 079, de 03 de março 2020, a qual autorizou o parcelamentos e reparcelamento nos parâmetros das regulamentações da Secretaria de Previdência.

Para atender os “itens ii e iii”, foi realizado o levantamento das contribuições devidas conforme os valores apontados na auditoria e acrescentado os débitos confessados pelas Leis Municipais nº 4.348/2011, nº 4.349/2011 e nº 4574/2012, separando por competência e tipo (Patronal, Servidor e valores confessados) (Anexos I, II e III).

Com relação aos “item iv”, promoveu-se a atualização até a competência de **fevereiro/2016** dos Débitos constantes na NAF nº 198/2011, acrescidos das dívidas confessadas decorrentes dos parcelamentos instituídos pela Lei nº 4.348/2011 e Lei nº 4.574/2012 (Anexos I, II e III).

Em seguida, conforme orientação no “item v”, promoveu-se, da mesma forma, a atualização na competência **fevereiro/2016** dos créditos oriundos do pagamento dos parcelamentos celebrados pelas Leis Municipais nº 4.348/2011, 4.349/2011 e nº 4.574/2012, para fins de dedução da dívida consolidada e apuração do saldo devedor a parcelar.

Cumprе acrescentar que ao cadastrar os valores devidos e os repassados no sistema do CADPREV, o mesmo não permitiu a consolidação da dívida, uma vez que o saldo original dos valores devidos (R\$ 23.868.569,70) se encontra inferior ao saldo dos valores repassados dos parcelamentos anteriormente não aceitos (R\$ 26.675.678,05 – ANEXO IV), por isso, optou-se incluir no CADPREV os saldos devedores e credores atualizados na competência de fevereiro/2016 (Data do último repasse).

Os Anexos deste ofício demonstram detalhadamente os procedimentos para atualização dos Débitos (ANEXO I – SERVIDOR, ANEXO II – PATRONAL, ANEXO III – Valores Confessados) e créditos (ANEXO IV e V).

Segundo os conceitos de auditoria, os créditos apurados foram apropriados primeiramente pela dívida da parte SERVIDOR, e o montante excedente foi destinado para amortização da dívida da parte PATRONAL, e por fim, o montante restante apropriado os VALORES CONFESSIONADOS.

Como pode ser observado no ANEXO I, a atualização da dívida da parte SERVIDOR até a competência de **fevereiro/2016** chegou à importância de R\$ 12.559.005,30.

Da mesma forma, os créditos oriundos do pagamento dos parcelamentos celebrados pelas Leis Municipais nº 4.348/2011, 4.349/2011 e nº 4.574/2012, atualizados até **fevereiro/2016**, montaram em R\$ 32.998.403,40, conforme ANEXO IV.

Já a dívida parte PATRONAL, conforme apresentado no ANEXO II, resultou na importância de R\$ 16.473.755,83, atualizados até **fevereiro/2016**.

Ainda, também foi atualizada até **fevereiro/2016** a dívida parte VALORES CONFESSIONADOS, conforme apresentado no ANEXO III, o que resultou na importância de R\$19.566.023,69.

Portanto, conforme sobredito, promoveu-se inicialmente a apropriação dos **Créditos atualizados (R\$ 32.998.403,40) para quitação da dívida parte SERVIDOR atualizada (R\$12.559.005,30)**. Do saldo dos **Créditos restantes (R\$ 20.439.398,10 - créditos remanescentes após apropriada a Parte Servidor)**, foi deduzida a dívida **parte PATRONAL** atualizada (R\$ 16.473.755,83). Mesmo assim, ainda restou um saldo de **Créditos apropriados remanescente (R\$ 3.965.642,27)** que foi deduzido da **parte dos VALORES CONFESSIONADOS (R\$ 19.566.023,69)**, originando uma **Diferença a parcelar de R\$ 15.600.381,42**. O Quadro a seguir demonstra a apuração do saldo devedor a parcelar.

QUADRO 1 – VALORES A PARCELAR		
Atualizados na posição de 25/fev/2016		
Item	-	Valor – R\$
Créditos a apropriar	A	32.998.403,40
Dívida originária SERVIDOR	B	12.559.005,30
Créditos já apropriada Parte Servidor	C=A-B	20.439.398,10
Dívida originária PATRONAL	D	16.473.755,83
Créditos apropriados remanescente	E=C-D	3.965.642,27
Dívida originária VALORES CONFESSIONADOS	F	19.566.023,69
Diferença a parcelar VALORES CONFESSIONADOS	G=E-D	-15.600.381,42

Portanto, reforçamos que no Termo de Acordo de Parcelamento nº 221/2020 consta apenas a dívida de origem de VALORES CONFESSIONADOS (R\$ 15.600.381,42), uma vez que, a dívida de origem SERVIDOR e PATRONAL foi toda integralizada pelos saldos de créditos de repasses dos parcelamentos anteriores (ANEXO V _ comprovantes de recebimentos).

3) DA RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO

Perante a apresentação das alegações e justificativas cabíveis aos fatos apurados na NAF 198/2011, com as respectivas juntadas de documentações comprobatórias necessárias, solicitamos que seja revisada e reconsiderada como REGULAR a DECISÃO prolatada no que tange ao Despacho de Justificativa SEI nº 090/2021/COCAP/CGAUC/RRPPS/SPREV/SEPT-ME, considerando-se as novas provas documentais apresentadas que demonstram o atendimento às alegações das auditorias vinculadas.

Sendo assim, solicita-se a aprovação do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários nº 221/2020, bem como a regularização do item **Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa**.

E por ser o que havia a interpor no momento, abaixo subscrevemo-nos. Cordialmente.

ANEXO I - ATUALIZAÇÃO VALORES ORIGINÁRIOS DA DÍVIDA - SERVIDOR

Mês Ano	Dívidas SERVIDOR aportadas auditoria NAF 198/2011	INPC até 25/02/2016	Valor atualização IPCA até 25/05/2016	Juros compostos 0,5% ao mês	Multa 1%	Valor consolidado em 25/FEV/2016
nov/08	257.608,79	1,591537073	409.993,94	219.597,40	2.576,09	632.167,43
dez/08	461.472,88	1,587093212	732.400,48	386.686,57	4.614,73	1.123.701,77
dez/08	313.403,18	1,587093212	497.400,06	262.613,05	3.134,03	763.147,14
jan/09	313.987,42	1,579511557	50.324,50	26.291,42	319,87	77.135,59
fev/09	50.702,10	1,570871762	78.646,50	40.843,17	597,02	120.996,69
mar/09	57.627,50	1,56773629	90.344,72	45.649,31	576,28	136.570,31
abr/09	53.554,56	1,560247104	83.558,35	41.594,53	535,55	125.688,42
mai/09	70.805,66	1,552948247	109.957,53	53.916,42	708,06	164.282,00
jun/09	75.821,50	1,545377687	117.524,19	56.658,66	758,21	174.741,06
jul/09	105.134,84	1,543672872	162.393,80	71.178,20	1.051,35	240.523,55
ago/09	111.588,65	1,541360831	171.998,37	80.530,53	1.115,89	253.644,79
set/09	69.822,18	1,537670422	107.363,50	49.483,91	698,22	157.545,63
out/09	70.049,24	1,533376966	107.411,89	48.725,53	700,49	156.837,91
nov/09	80.895,17	1,527115792	123.536,29	55.146,67	808,95	179.491,91
dez/09	114.755,18	1,521486292	174.598,43	76.684,42	1.147,55	252.430,40
dez/09	80.374,02	1,521486292	122.287,97	53.709,43	803,74	176.801,14
jan/10	185.241,11	1,510160092	279.743,73	120.861,68	1.852,41	402.457,82
fev/10	210.628,83	1,49847201	315.621,41	134.115,75	2.106,29	451.841,44
mar/10	194.517,16	1,490720265	289.732,16	121.058,94	1.945,57	412.734,67
abr/10	229.755,30	1,482271318	340.559,69	139.893,97	2.297,55	482.751,21
mai/10	221.720,66	1,475924841	327.243,03	132.126,94	2.217,21	461.587,18
jun/10	211.936,25	1,475924841	312.801,98	124.111,69	2.119,36	439.033,03
jul/10	231.675,25	1,475772864	341.901,07	133.281,54	2.316,75	477.499,35
ago/10	226.570,46	1,475187189	334.233,84	127.981,58	2.265,70	464.481,13

ANEXO I - ATUALIZAÇÃO VALORES ORIGINÁRIOS DA DÍVIDA - SERVIDOR

Mês Ano	Dívidas SERVIDOR aportadas auditoria NAF 198/2011	INPC até 25/02/2016	Valor atualização IPCA até 25/05/2016	Juros compostos 0,5% ao mês	Multa 1%	Valor consolidado em 25/FEV/2016
set/10	251.105,36	1,468578585	368.767,95	138.667,87	2.511,05	509.946,88
out/10	281.425,39	1,457646238	410.218,66	151.446,26	2.814,25	564.479,18
nov/10	468.814,27	1,445647365	59.461,89	36.049,49	688,15	136.219,53
dez/10	67.740,51	1,435696805	97.315,80	34.604,95	677,41	132.598,16
dez/10	92.743,74	1,435696805	133.235,36	47.377,75	927,44	181.540,55
jan/11	46.675,81	1,424771204	66.502,35	23.199,35	466,76	90.168,46
fev/11	157.120,41	1,413462496	278.622,50	95.327,75	1.571,20	375.921,46
mar/11	280.176,04	1,402384658	292.914,58	131.807,87	2.801,76	587.524,51
abr/11	264.439,50	1,391668808	368.012,20	121.009,06	2.644,40	491.665,66
mai/11	314.199,27	1,385158563	435.215,81	140.229,59	3.141,99	578.587,39
jun/11	350.870,86	1,383083937	485.283,85	153.169,60	3.508,71	641.962,15
Total	5.932.799,38		8.818.048,38	3.681.626,93	69.327,99	12.859.006,36

ANEXO II - ATUALIZAÇÃO VALORES ORIGINÁRIOS DA DÍVIDA - PATRONAL

Mês Ano	Dívidas PATRONAL aportadas auditoria NAF 198/2011	INPC até 25/02/2016	Valor atualização IPCA até 25/05/2016	Juros compostos 0,5% ao mês	Multa 1%	Valor consolidado em 25/FEV/2016
jan/08	42.707,20	1,62167963	69.257,40	39.780,58	427,07	109.465,05
jul/08	102.459,80	1,61313004	165.280,98	93.640,71	1.024,60	259.946,29
ago/08	265.897,89	1,608625888	427.730,23	238.998,92	2.658,98	669.388,13
set/08	302.341,52	1,604434307	485.093,15	267.289,16	3.023,42	755.405,73
out/08	300.235,41	1,597206598	479.555,99	260.157,69	3.002,35	743.096,04
nov/08	294.499,87	1,591537073	468.707,46	251.045,03	2.945,00	722.697,49
dez/08	670.678,74	1,587093212	1.064.429,68	561.988,52	6.706,79	1.633.124,98
dez/08	442.758,94	1,587093212	702.699,71	371.003,41	4.427,59	1.078.132,71
jan/09	37.289,08	1,579511557	58.898,53	30.649,01	372,89	89.820,43
fev/09	58.628,98	1,571001182	47.229,49	26.864,30	539,15	105.915,97
mar/09	72.073,19	1,56773629	112.991,76	57.092,39	720,73	170.804,87
abr/09	64.605,40	1,560247104	100.800,39	50.177,45	646,05	151.623,89
mai/09	-86.645,26	1,552948247	-134.555,60	-65.977,80	0,00	-200.533,41
jun/09	159.727,93	1,545377687	216.211,88	104.413,90	1.397,28	322.023,06
jul/09	157.015,79	1,543672872	242.381,02	115.265,38	1.570,16	319.254,55
ago/09	165.060,38	1,541360831	254.417,60	119.119,64	1.650,60	375.187,85
set/09	125.193,87	1,537670422	192.506,91	88.726,57	1.251,94	282.485,42
out/09	189.797,30	1,533376966	291.030,81	132.021,04	1.897,97	424.949,82
nov/09	252.166,27	1,527115792	385.087,09	171.903,08	2.521,66	559.511,84
dez/09	452.106,24	1,521486292	653.782,15	287.148,46	4.521,06	945.357,67
dez/09	450.939,45	1,521486292	686.098,19	301.337,41	4.509,39	991.945,00
jan/10	68.485,20	1,510160092	103.423,62	44.683,58	684,85	148.792,05
fev/10	106.107,48	1,49847201	158.999,09	67.561,84	1.061,07	227.622,01
mar/10	84.677,84	1,490720265	126.230,97	52.745,15	846,78	179.820,90

ANEXO II - ATUALIZAÇÃO VALORES ORIGINÁRIOS DA DÍVIDA - PATRONAL

Mês Ano	Dívidas PATRONAL aportadas auditoria NAF 198/2011	INPC até 25/02/2016	Valor atualização IPCA até 25/05/2016	Juros compostos 0,5% ao mês	Multa 1%	Valor consolidado em 25/FEV/2016
abr/10	116.858,50	1,482271318	173.216,00	71.153,09	1.168,59	245.537,68
mai/10	120.182,26	1,475924841	177.379,98	71.618,56	1.201,82	250.200,37
jun/10	181.320,33	1,475924841	267.615,18	106.182,74	1.813,20	375.611,12
jul/10	137.447,68	1,475772864	202.871,68	79.084,42	1.374,68	283.530,78
ago/10	121.572,28	1,475187189	179.341,87	68.671,85	1.215,72	249.229,44
set/10	143.447,45	1,468578585	210.663,85	79.215,96	1.434,47	291.314,29
out/10	-4.067,64	1,457646238	-5.841,72	-2.156,67	0,00	-7.998,39
nov/10	236.567,35	1,445647365	370.609,56	134.298,67	2.363,62	507.471,84
dez/10	455.665,98	1,435696805	654.608,29	322.775,04	4.556,66	891.940,00
dez/10	258.469,65	1,435696805	371.316,67	132.038,13	2.584,70	505.939,50
jan/11	-141.041,29	1,424771204	-200.951,57	-70.101,99	0,00	-271.053,55
fev/11	158.544,68	1,413462496	224.097,12	76.672,47	1.585,45	302.353,03
mar/11	180.186,21	1,402384658	252.690,38	84.768,06	1.801,86	339.260,29
abr/11	162.302,45	1,391668808	226.149,56	74.362,06	1.625,02	302.136,65
mai/11	231.767,46	1,385158563	321.034,68	103.439,63	2.317,67	426.791,98
jun/11	350.842,61	1,383083937	485.244,78	153.157,26	3.508,43	641.910,47
Total	7.466.550,45		11.313.215,50	5.083.687,88	76.982,45	16.473.756,83

ANEXO III - ATUALIZAÇÃO VALORES ORIGINÁRIOS DA DÍVIDA - VALORES CONFESSIONAIS

Mês Ano	Dívida Confessada		TOTAL	INPC até 25/02/2016	Valor atualização IPCA até 25/05/2016	Juros compostos 0,5% ao mês	Multa 1%	Valor consolidado em 25/FEV/2016
	Lei 4348 Aporte 12/2012	Lei 4574 12/2012						
mai/09	175.600,53		175.600,53	1,552948247	272.698,54	133.714,61	1.756,01	408.150,24
jun/09	172.222,30		172.222,30	1,547377687	266.492,94	128.695,82	1.722,22	396.892,60
jul/09	175.174,21		175.174,21	1,543672872	270.411,68	128.593,25	1.751,74	400.738,10
ago/09	171.235,82		171.235,82	1,541360831	263.936,19	123.576,29	1.712,36	389.206,80
set/09	191.978,42		191.978,42	1,537670422	295.199,54	136.057,67	1.919,78	433.156,92
out/09	189.675,49		189.675,49	1,533376966	290.844,03	131.936,31	1.896,75	424.657,42
nov/09	189.422,26		189.422,26	1,527115792	289.369,72	129.130,16	1.894,22	420.274,63
dez/09	192.539,67		192.539,67	1,521486292	292.946,47	128.663,41	1.925,40	423.515,65
dez/09	186.091,15		186.091,15	1,521486292	283.135,13	124.354,22	1.860,91	409.331,31
jan/10	190.085,98		190.085,98	1,510160092	287.060,26	124.022,74	1.900,86	412.964,73
fev/10	196.247,19		196.247,19	1,49847201	294.070,92	124.956,52	1.962,47	420.970,41
mar/10	195.540,54		195.540,54	1,490720265	291.496,25	121.796,03	1.955,41	415.228,44
abr/10	195.438,27		195.438,27	1,482271318	289.692,54	118.998,93	1.954,38	410.626,83
mai/10	201.071,02		201.071,02	1,475924841	296.765,71	119.821,49	2.010,71	418.578,52
jun/10	196.914,43		196.914,43	1,475924841	290.630,90	115.314,78	1.969,14	407.895,92
jul/10	196.335,20		196.335,20	1,475772864	289.747,02	112.950,59	1.963,35	404.642,22
ago/10	201.849,16		201.849,16	1,475187189	297.785,29	114.017,40	2.018,49	413.782,02
set/10	204.771,83		204.771,83	1,468578585	300.723,52	115.081,11	2.047,72	415.833,09
out/10	202.342,24		202.342,24	1,457646238	294.943,40	108.888,46	2.025,42	405.836,48
nov/10	195.001,13		195.001,13	1,445647365	281.902,87	102.153,81	1.950,01	385.988,81
dez/10	194.266,76		194.266,76	1,435696805	279.083,01	99.240,36	1.942,67	380.248,41
dez/10	186.536,53		186.536,53	1,435696805	267.719,20	95.199,45	1.865,57	364.765,31
jan/11		332.039,47	332.039,47	1,380874537	458.532,47	141.724,80	3.320,59	603.349,90

ANEXO III - ATUALIZAÇÃO VALORES ORIGINÁRIOS DA DÍVIDA - VALORES CONFESSADOS							
Mês Ano	Divida Confessada		TOTAL	INPC até 25/02/2016	Valor atualização IPCA até 25/02/2016	Juros compostos 0,6% ao mês	Valor consolidado em 25/FEV/2016
	Lei 4348 Aporte 12/2012	Lei 4574 12/2012					
ago/11		362.621,97	362.621,97	1.375784136	498.889,55	150.949,31	3.626,22
set/11		345.279,84	345.279,84	1.368530922	472.526,14	139.910,34	3.452,80
out/11		335.512,20	335.512,20	1.362671435	457.192,89	132.422,24	3.355,12
nov/11		332.994,39	332.994,39	1.3556222	451.414,59	127.852,26	3.329,94
dez/11		340.206,99	340.206,99	1.348877811	458.889,57	127.039,72	3.402,01
jan/12		337.433,44	337.433,44	1.348877811	455.142,99	126.002,42	3.374,23
fev/12		308.367,68	308.367,68	1.34136616	413.633,97	111.883,51	3.083,68
mar/12		347.185,35	347.185,35	1.335357053	463.616,41	122.472,77	3.471,85
abr/12		359.350,77	359.350,77	1.33255868	478.855,99	123.486,87	3.593,51
mai/12		367.512,45	367.512,45	1.324804539	486.617,55	122.443,11	3.675,12
jun/12		307.453,91	307.453,91	1.319334933	524.374,83	128.478,36	3.074,54
jul/12		382.888,15	382.888,15	1.318280309	504.753,91	120.736,06	3.828,88
ago/12		387.605,53	387.605,53	1.312635974	508.782,34	118.562,92	3.876,04
set/12		385.767,11	385.767,11	1.307276142	504.304,14	114.425,71	3.837,67
out/12		475.404,78	475.404,78	1.299866901	617.962,94	136.442,66	4.754,05
nov/12		471.433,74	471.433,74	1.292242669	609.206,79	130.809,27	4.714,54
Total	4.200.160,13	6.269.059,77	10.469.219,90		14.661.235,19	4.811.005,83	104.691,20

ANEXO IV - CRÉDITOS						
ATUALIZAÇÃO VALORES PAGOS ATINENTES LEI 4.348, 4.349 E 4.574						
Data pagamento	Data do corte	Valores pagos atinentes as Leis 4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012	IPCA	Valor atualização	Juros 0.5 %	Valor atualizado por IPCA e juros para a posição de 25fev2016
01/09/2011	25/02/2016	61.658,33	1.368530922	84.381,33	25.535,54	109.505,87
01/09/2011	25/02/2016	76.713,83	1.368530922	104.985,25	31.770,71	136.755,96
01/09/2011	25/02/2016	17.208,08	1.368530922	23.549,79	7.126,65	30.676,44
01/09/2011	25/02/2016	26.595,15	1.368530922	36.401,76	11.015,93	47.417,69
01/09/2011	25/02/2016	5.452,40	1.368530922	7.735,48	2.340,92	10.076,40
05/09/2011	25/02/2016	10.091,91	1.368530922	13.808,35	4.178,69	17.987,95
30/09/2011	25/02/2016	13.538,54	1.368530922	18.537,91	5.606,93	24.134,84
30/09/2011	25/02/2016	161.522,68	1.368530922	221.048,78	66.895,94	287.942,72
30/09/2011	25/02/2016	22.840,48	1.368530922	31.285,27	9.407,57	40.753,85
30/09/2011	25/02/2016	2.633,27	1.368530922	3.603,71	1.090,26	4.694,27
30/09/2011	25/02/2016	343,87	1.368530922	470,60	142,61	613,01
28/10/2011	25/02/2016	13.538,54	1.362671435	18.448,58	5.463,35	25.011,91
28/10/2011	25/02/2016	161.522,68	1.362671435	220.102,34	65.180,93	285.203,27
28/10/2011	25/02/2016	22.840,48	1.362671435	31.151,32	9.225,13	40.376,63
28/10/2011	25/02/2016	2.401,64	1.362671435	3.272,63	969,06	4.241,80
28/10/2011	25/02/2016	313,32	1.362671435	426,95	126,44	553,39
08/11/2011	25/02/2016	1.504,44	1.3556222	2.039,45	590,61	2.630,26
08/11/2011	25/02/2016	196,45	1.3556222	266,31	77,15	343,96
30/11/2011	25/02/2016	13.538,54	1.3556222	18.353,33	5.316,72	22.669,87
30/11/2011	25/02/2016	22.840,48	1.3556222	30.990,17	8.977,54	39.967,71
30/11/2011	25/02/2016	161.522,68	1.3556222	218.963,73	63.431,58	282.395,31
30/11/2011	25/02/2016	5.514,80	1.3556222	7.475,99	2.165,72	9.646,70
30/11/2011	25/02/2016	720,16	1.3556222	976,26	282,81	1.299,08
02/01/2012	25/02/2016	161.522,68	1.34136616	216.661,06	59.990,73	276.651,78

ANEXO IV - CRÉDITOS						
ATUALIZAÇÃO VALORES PAGOS ATINENTES LEI 4.348, 4.349 E 4.574						
Data pagamento	Data do corte	Valores pagos atinentes as Leis 4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012	IPCA	Valor atualização	Juros 0.5 %	Valor atualizado por IPCA e juros para a posição de 25fev2016
02/01/2012	25/02/2016	22.840,48	1.34136616	30.664,27	8.490,55	39.154,83
02/01/2012	25/02/2016	13.538,54	1.34136616	18.160,14	5.028,31	23.188,45
02/01/2012	25/02/2016	7.463,13	1.34136616	9.997,38	2.768,15	12.765,52
02/01/2012	25/02/2016	973,27	1.34136616	1.305,51	381,48	1.686,99
27/04/2012	25/02/2016	13.538,54	1.324084539	17.926,17	4.625,55	22.549,72
27/04/2012	25/02/2016	161.522,68	1.324084539	213.869,68	55.161,61	269.031,30
27/04/2012	25/02/2016	22.840,48	1.324084539	30.269,21	7.807,08	38.076,29
27/04/2012	25/02/2016	4.002,33	1.324084539	5.299,42	1.366,84	6.666,26
27/04/2012	25/02/2016	47.736,14	1.324084539	63.275,22	16.307,15	79.332,37
27/04/2012	25/02/2016	4.795,13	1.324084539	6.446,34	2.207,97	11.246,30
31/05/2012	25/02/2016	13.538,54	1.319334933	17.861,87	4.495,16	22.357,03
31/05/2012	25/02/2016	161.522,68	1.319334933	213.102,51	51.629,91	266.752,42
31/05/2012	25/02/2016	22.840,48	1.319334933	30.160,63	7.590,30	37.750,93
31/05/2012	25/02/2016	4.217,70	1.319334933	5.564,56	1.400,39	6.964,95
31/05/2012	25/02/2016	50.301,02	1.319334933	66.363,89	16.701,30	83.065,19
31/05/2012	25/02/2016	7.121,80	1.319334933	9.396,04	2.364,63	11.760,67
28/06/2012	25/02/2016	13.538,54	1.318280309	17.647,59	4.380,41	22.228,60
28/06/2012	25/02/2016	161.522,68	1.318280309	212.932,17	52.200,90	265.193,06
28/06/2012	25/02/2016	22.840,48	1.318280309	30.136,52	7.396,54	37.533,06
28/06/2012	25/02/2016	56.953,19	1.318280309	75.080,27	18.427,29	93.507,56
28/06/2012	25/02/2016	7.437,27	1.318280309	9.804,41	2.406,34	12.210,75
31/07/2012	25/02/2016	13.538,54	1.312635974	17.771,17	4.251,53	22.022,71
31/07/2012	25/02/2016	67.830,65	1.312635974	89.065,60	21.307,55	110.370,95
31/07/2012	25/02/2016	22.840,48	1.312635974	30.097,49	7.176,02	37.186,40
01/08/2012	25/02/2016	93.671,73	1.307276142	122.454,82	26.540,70	159.965,52
01/08/2012	25/02/2016	58.650,80	1.307276142	76.672,79	17.870,23	94.543,02

ANEXO IV - CRÉDITOS						
ATUALIZAÇÃO VALORES PAGOS ATINENTES LEI 4.348, 4.349 E 4.574						
Data pagamento	Data do corte	Valores pagos atinentes as Leis 4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012	IPCA	Valor atualização	Juros 0.5 %	Valor atualizado por IPCA e juros para a posição de 25fev2016
01/08/2012	25/02/2016	7.669,09	1.307276142	10.024,31	2.536,38	13.569,69
01/02/2013	25/02/2016	204.896,54	1.256063821	257.363,13	50.626,70	307.989,83
01/02/2013	25/02/2016	8.371,01	1.256063821	10.514,52	2.068,34	12.582,87
28/02/2013	25/02/2016	204.896,54	1.256063821	257.363,13	50.626,70	307.989,83
28/02/2013	25/02/2016	8.371,01	1.256063821	10.514,52	2.068,34	12.582,87
27/03/2013	25/02/2016	204.896,54	1.250187938	256.159,18	48.864,53	301.023,72
27/03/2013	25/02/2016	8.371,01	1.250187938	10.465,34	1.996,35	12.463,69
29/04/2013	25/02/2016	204.896,54	1.243349515	254.758,01	47.087,81	301.845,82
29/04/2013	25/02/2016	8.371,01	1.243349515	10.408,09	1.923,76	12.331,85
28/05/2013	25/02/2016	204.896,54	1.238766081	253.818,88	45.417,83	299.236,72
28/05/2013	25/02/2016	8.371,01	1.238766081	10.369,72	1.855,54	12.225,26
27/06/2013	25/02/2016	204.896,54	1.233555641	253.160,67	43.814,96	296.975,63
27/06/2013	25/02/2016	8.371,01	1.233555641	10.342,83	1.790,05	12.132,88
30/07/2013	25/02/2016	204.896,54	1.235183086	253.084,74	42.324,57	299.409,31
30/07/2013	25/02/2016	8.370,71	1.235183086	10.339,26	1.729,10	12.068,46
29/08/2013	25/02/2016	204.896,54	1.232225745	252.478,79	40.756,84	293.235,64
29/08/2013	25/02/2016	8.370,71	1.232225745	10.314,60	1.665,05	11.979,66
24/09/2013	25/02/2016	204.896,54	1.227927997	251.598,20	39.160,69	290.758,89
24/09/2013	25/02/2016	8.370,71	1.227927997	10.278,63	1.599,85	11.878,47
24/09/2013	25/02/2016	204.896,54	1.227927997	251.598,20	39.160,69	290.758,89
24/09/2013	25/02/2016	8.370,71	1.227927997	10.278,63	1.599,85	11.878,47
30/10/2013	25/02/2016	204.896,54	1.220968476	250.172,22	37.500,17	287.672,39
30/10/2013	25/02/2016	8.370,71	1.220968476	10.220,37	1.532,01	11.752,38
30/10/2013	25/02/2016	204.896,54	1.220968476	250.172,22	37.500,17	287.672,39
30/10/2013	25/02/2016	8.370,71	1.220968476	10.220,37	1.532,01	11.752,38
28/11/2013	25/02/2016	204.896,54	1.21410659	248.828,91	35.875,09	284.703,99

ANEXO IV - CRÉDITOS						
ATUALIZAÇÃO VALORES PAGOS ATINENTES LEI 4.348, 4.349 E 4.574						
Data pagamento	Data do corte	Valores pagos atinentes as Leis 4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012	IPCA	Valor atualização	Juros 0.5 %	Valor atualizado por IPCA e juros para a posição de 25fev2016
28/11/2013	25/02/2016	8.370,71	1.21410659	10.165,48	1.465,82	11.631,09
26/12/2013	25/02/2016	204.896,84	1.203339931	246.560,53	34.144,32	280.704,86
26/12/2013	25/02/2016	8.370,71	1.203339931	10.072,81	1.394,91	11.467,72
29/01/2014	25/02/2016	204.896,84	1.196757764	245.211,88	32.568,44	277.780,33
29/01/2014	25/02/2016	8.370,71	1.196757764	10.017,71	1.330,53	11.348,24
30/01/2014	25/02/2016	204.896,84	1.196757764	245.211,88	32.568,44	277.780,33
30/01/2014	25/02/2016	8.370,71	1.196757764	10.017,71	1.330,53	11.348,24
27/02/2014	25/02/2016	204.896,84	1.188556722	243.531,52	30.972,54	274.504,06
27/02/2014	25/02/2016	8.370,71	1.188556722	9.949,06	1.263,33	11.214,39
27/02/2014	25/02/2016	204.896,84	1.188556722	243.531,52	30.972,54	274.504,06
27/02/2014	25/02/2016	8.370,71	1.188556722	9.949,06	1.263,33	11.214,39
27/03/2014	25/02/2016	204.896,84	1.17721683	241.311,45	29.336,75	270.648,20
27/03/2014	25/02/2016	8.370,71	1.17721683	8.858,37	1.198,50	11.058,87
27/03/2014	25/02/2016	204.896,84	1.17721683	241.311,45	29.336,75	270.648,20
27/03/2014	25/02/2016	8.370,71	1.17721683	8.858,37	1.198,50	11.058,87
11/04/2014	25/02/2016	204.896,84	1.16983464	239.705,42	28.703,87	267.509,18
11/04/2014	25/02/2016	8.370,71	1.16983464	8.792,76	1.135,87	10.928,63
29/04/2014	25/02/2016	204.896,84	1.16983464	239.705,42	28.703,87	267.509,18
29/04/2014	25/02/2016	8.370,71	1.16983464	8.792,76	1.135,87	10.928,63
29/04/2014	25/02/2016	204.896,84	1.16983464	239.705,42	28.703,87	267.509,18
29/04/2014	25/02/2016	8.370,71	1.16983464	8.792,76	1.135,87	10.928,63
09/05/2014	25/02/2016	204.896,84	1.164526641	238.607,83	26.351,45	264.959,28
09/05/2014	25/02/2016	8.370,71	1.164526641	8.747,91	1.076,54	10.824,46
09/05/2014	25/02/2016	204.896,84	1.164526641	238.607,83	26.351,45	264.959,28
09/05/2014	25/02/2016	8.370,71	1.164526641	8.747,91	1.076,54	10.824,46
28/05/2014	25/02/2016	204.896,84	1.164526641	238.607,83	26.351,45	264.959,28

ANEXO IV – CRÉDITOS					
ATUALIZAÇÃO VALORES PAGOS ATINENTES LEI 4.348, 4.349 E 4.574					
Data pagamento	Data de corte	Valores pagos atinentes às Leis 4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012	IPCA	Valor atualização	Valor atualizado por IPCA e juros para a posição de 25fev2016
28/03/2014	25/02/2016	8.370,71	1,164526641	9.747,91	1.076,54
28/03/2014	25/02/2016	204.896,84	1,164526641	238.607,83	26.351,45
28/03/2014	25/02/2016	8.370,71	1,164526641	9.747,91	1.076,54
10/06/2014	25/02/2016	204.896,84	1,159887093	237.657,20	24.933,32
10/06/2014	25/02/2016	8.370,71	1,159887093	9.709,08	1.018,61
10/06/2014	25/02/2016	204.896,84	1,159887093	237.657,20	24.933,32
10/06/2014	25/02/2016	8.370,71	1,159887093	9.709,08	1.018,61
27/06/2014	25/02/2016	204.896,84	1,159887093	237.657,20	24.933,32
27/06/2014	25/02/2016	8.370,71	1,159887093	9.709,08	1.018,61
27/06/2014	25/02/2016	204.896,84	1,159887093	237.657,20	24.933,32
27/06/2014	25/02/2016	8.370,71	1,159887093	9.709,08	1.018,61
10/07/2014	25/02/2016	204.896,84	1,159771116	237.633,44	23.624,34
10/07/2014	25/02/2016	8.370,71	1,159771116	9.708,11	965,13
10/07/2014	25/02/2016	204.896,84	1,159771116	237.633,44	23.624,34
10/07/2014	25/02/2016	8.370,71	1,159771116	9.708,11	965,13
30/07/2014	25/02/2016	204.896,84	1,159771116	237.633,44	23.624,34
30/07/2014	25/02/2016	8.370,71	1,159771116	9.708,11	965,13
08/08/2014	25/02/2016	204.896,84	1,156878918	237.040,83	22.268,68
08/08/2014	25/02/2016	8.370,71	1,156878918	9.683,90	909,75
08/08/2014	25/02/2016	204.896,84	1,156878918	237.040,83	22.268,68
08/08/2014	25/02/2016	8.370,71	1,156878918	9.683,90	909,75
28/08/2014	25/02/2016	204.896,84	1,156878918	237.040,83	22.268,68
28/08/2014	25/02/2016	8.370,71	1,156878918	9.683,90	909,75
28/08/2014	25/02/2016	204.896,84	1,156878918	237.040,83	22.268,68
28/08/2014	25/02/2016	8.370,71	1,156878918	9.683,90	909,75
10/09/2014	25/02/2016	204.896,84	1,150322082	235.697,36	20.859,49

ANEXO IV – CRÉDITOS					
ATUALIZAÇÃO VALORES PAGOS ATINENTES LEI 4.348, 4.349 E 4.574					
Data pagamento	Data de corte	Valores pagos atinentes às Leis 4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012	IPCA	Valor atualização	Valor atualizado por IPCA e juros para a posição de 25fev2016
10/09/2014	25/02/2016	8.370,71	1,150322082	9.629,01	852,18
10/09/2014	25/02/2016	204.896,84	1,150322082	235.697,36	20.859,49
10/09/2014	25/02/2016	8.370,71	1,150322082	9.629,01	852,18
29/09/2014	25/02/2016	204.896,84	1,150322082	235.697,36	20.859,49
29/09/2014	25/02/2016	8.370,71	1,150322082	9.629,01	852,18
29/09/2014	25/02/2016	204.896,84	1,150322082	235.697,36	20.859,49
29/09/2014	25/02/2016	8.370,71	1,150322082	9.629,01	852,18
29/09/2014	25/02/2016	-14	1,150322082	-16,10	-1,43
09/10/2014	25/02/2016	204.896,84	1,145510937	234.711,57	19.500,99
09/10/2014	25/02/2016	8.370,71	1,145510937	9.586,74	796,68
09/10/2014	25/02/2016	204.896,84	1,145510937	234.711,57	19.500,99
09/10/2014	25/02/2016	8.370,71	1,145510937	9.586,74	796,68
28/10/2014	25/02/2016	204.896,84	1,145510937	234.711,57	19.500,99
28/10/2014	25/02/2016	8.370,71	1,145510937	9.586,74	796,68
28/10/2014	25/02/2016	204.896,84	1,145510937	234.711,57	19.500,99
28/10/2014	25/02/2016	8.370,71	1,145510937	9.586,74	796,68
18/11/2014	25/02/2016	204.896,84	1,139698474	233.520,62	18.143,52
18/11/2014	25/02/2016	8.370,71	1,139698474	9.540,09	741,22
10/11/2014	25/02/2016	204.896,84	1,139698474	233.520,62	18.143,52
10/11/2014	25/02/2016	8.370,71	1,139698474	9.540,09	741,22
27/11/2014	25/02/2016	204.896,84	1,139698474	233.520,62	18.143,52
27/11/2014	25/02/2016	8.370,71	1,139698474	9.540,09	741,22
27/11/2014	25/02/2016	204.896,84	1,139698474	233.520,62	18.143,52
27/11/2014	25/02/2016	8.370,71	1,139698474	9.540,09	741,22
09/12/2014	25/02/2016	204.896,84	1,130877629	231.713,25	16.760,54
09/12/2014	25/02/2016	8.370,71	1,130877629	9.466,25	684,72

ANEXO IV – CRÉDITOS					
ATUALIZAÇÃO VALORES PAGOS ATINENTES LEI 4.348, 4.349 E 4.574					
Data pagamento	Data de corte	Valores pagos atinentes às Leis 4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012	IPCA	Valor atualização	Valor atualizado por IPCA e juros para a posição de 25fev2016
09/12/2014	25/02/2016	204.896,84	1,130877629	231.713,25	16.760,54
09/12/2014	25/02/2016	8.370,71	1,130877629	9.466,25	684,72
16/12/2014	25/02/2016	204.896,84	1,130877629	231.713,25	16.760,54
16/12/2014	25/02/2016	8.370,71	1,130877629	9.466,25	684,72
16/12/2014	25/02/2016	204.896,84	1,130877629	231.713,25	16.760,54
16/12/2014	25/02/2016	8.370,71	1,130877629	9.466,25	684,72
16/12/2014	25/02/2016	204.896,84	1,130877629	231.713,25	16.760,54
16/12/2014	25/02/2016	8.370,71	1,130877629	9.466,25	684,72
15/01/2015	25/02/2016	204.894,84	1,1170265	228.872,97	15.333,87
15/01/2015	25/02/2016	8.370,71	1,1170265	9.350,30	626,45
15/01/2015	25/02/2016	204.894,84	1,1170265	228.872,97	15.333,87
15/01/2015	25/02/2016	8.370,71	1,1170265	9.350,30	626,45
29/01/2015	25/02/2016	204.896,84	1,1170265	228.875,20	15.334,02
29/01/2015	25/02/2016	8.370,71	1,1170265	9.350,30	626,45
29/01/2015	25/02/2016	204.896,84	1,1170265	228.875,20	15.334,02
29/01/2015	25/02/2016	8.370,71	1,1170265	9.350,30	626,45
11/02/2015	25/02/2016	204.896,84	1,103563031	226.116,58	13.948,68
11/02/2015	25/02/2016	8.370,71	1,103563031	9.237,61	569,85
11/02/2015	25/02/2016	204.896,84	1,103563031	226.116,58	13.948,68
11/02/2015	25/02/2016	8.370,71	1,103563031	9.237,61	569,85
25/02/2015	25/02/2016	2	1,103563031	2,21	0,14
25/02/2015	25/02/2016	2	1,103563031	2,21	0,14
25/02/2015	25/02/2016	204.896,84	1,103563031	226.116,58	13.948,68
25/02/2015	25/02/2016	8.370,71	1,103563031	9.237,61	569,85

ANEXO IV – CRÉDITOS					
ATUALIZAÇÃO VALORES PAGOS ATINENTES LEI 4.348, 4.349 E 4.574					
Data pagamento	Data de corte	Valores pagos atinentes às Leis 4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012	IPCA	Valor atualização	Valor atualizado por IPCA e juros para a posição de 25fev2016
26/02/2015	25/02/2016	204.896,84	1,103563031	226.116,58	13.948,68
26/02/2015	25/02/2016	8.370,71	1,103563031	9.237,61	569,85
26/02/2015	25/02/2016	204.896,84	1,103563031	226.116,58	13.948,68
26/02/2015	25/02/2016	8.370,71	1,103563031	9.237,61	569,85
10/03/2015	25/02/2016	204.896,84	1,089185779	223.170,72	12.587,98
10/03/2015	25/02/2016	8.370,71	1,089185779	9.117,26	514,26
10/03/2015	25/02/2016	204.896,84	1,089185779	223.170,72	12.587,98
10/03/2015	25/02/2016	8.370,71	1,089185779	9.117,26	514,26
25/03/2015	25/02/2016	204.896,84	1,089185779	223.170,72	12.587,98
25/03/2015	25/02/2016	8.370,71	1,089185779	9.117,26	514,26
25/03/2015	25/02/2016	204.896,84	1,089185779	223.170,72	12.587,98
25/03/2015	25/02/2016	8.370,71	1,089185779	9.117,26	514,26
10/04/2015	25/02/2016	204.896,84	1,081507079	221.597,38	11.334,40
10/04/2015	25/02/2016	8.370,71	1,081507079	9.052,98	463,05
10/04/2015	25/02/2016	204.896,84	1,081507079	221.597,38	11.334,40
10/04/2015	25/02/2016	8.370,71	1,081507079	9.052,98	463,05
27/04/2015	25/02/2016	204.896,84	1,081507079	221.597,38	11.334,40
27/04/2015	25/02/2016	8.370,71	1,081507079	9.052,98	463,05
27/04/2015	25/02/2016	204.896,84	1,081507079	221.597,38	11.334,40
27/04/2015	25/02/2016	8.370,71	1,081507079	9.052,98	463,05
06/05/2015	25/02/2016	204.896,54	1,073562715	219.969,29	10.100,59
06/05/2015	25/02/2016	8.371,01	1,073562715	8.986,80	412,66
06/05/2015	25/02/2016	204.896,54	1,073562715	219.969,29	10.100,59
06/05/2015	25/02/2016	8.371,01	1,073562715	8.986,80	412,66

ANEXO IV - CRÉDITOS						
ATUALIZAÇÃO VALORES PAGOS ATINENTES LEI 4.348, 4.349 E 4.574						
Data pagamento	Data do corte	Valores pagos atinentes às Leis 4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012	IPCA	Valor atualização	Juros 0,5 %	Valor atualizado por IPCA e juros para a posição de 25/06/2016
Totais		26.675.678,05		30.178.599,56	2.819.803,84	32.998.403,40

9.5. A metodologia do cálculo da dívida remanescente foi proposta na **DECISÃO DE RECURSO - DR nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF**, de 18 de agosto de 2016 referente ao PAP nº 259/2015, tendo em vista que os parcelamentos referentes às Leis Municipais nº 4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012 não atendiam o disposto no art. 5º da Portaria MPS nº 402/2008, inviabilizando a utilização da função reparcelamento do sistema CADPREV, conforme trecho da referida Decisão abaixo reproduzido:

"2.6 Dos Parcelamentos Existentes

2.6.1. O ente apresentou as seguintes leis que tratam de parcelamento:

- Lei nº 4.348, de 30 de maio de 2011, que autoriza parcelamento de débitos do Município de Montes Claros, com o PREVMOC, referentes a valores devidos no período de 01/02/2009 a 31/12/2010.
- Lei nº 4.349, de 30 de maio de 2011, que autoriza parcelamento de débitos do Município de Montes Claros, com o PREVMOC, com vencimentos até o dia 31 de janeiro de 2009.
- Lei nº 4.574, de 20/12/2012, que dispõe sobre Parcelamento de débitos do Municípios para com o PREVMOC vencidos até 31/10/2012, bem como débitos não quitados (reparcelamento) de débitos objeto das leis nº Lei nº 4.348/2011 e Lei nº 4.349/2011.

2.6.2. Verificamos que o termo de parcelamento objeto da Lei nº 4574/2012, além de prever correção anual das parcelas (artigo 3º §1º), contempla débitos novos e débitos já parcelados anteriormente (objeto das leis nº 4.348/2011 e Lei nº 4.349/2011) o que contraria o § 7º do Art. 5º da Portaria MPS nº 402/2008 na redação da Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013).

§ 7º Para cada termo de parcelamento poderá ser feito um único reparcelamento, **vedada a inclusão de débitos não parcelados anteriormente**, não sendo considerados para os fins da limitação de um único reparcelamento os termos originários que: (Nova redação dada pela **PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013**).

Ainda nesse sentido, verifica-se que não consta do parcelamento a origem dos valores objeto do parcelamento, se referentes as contribuições de segurados vinculado ao fundo previdenciário ou se vinculado ao fundo financeiro.

2.6.3. Assim o termo de parcelamento (e reparcèlement) objeto da lei 4.574/2012, não pode ser aceito para fins de regularização das contribuições previdenciárias.

2.6.4. Considerando que o fundo previdenciário somente tem a expectativa de vir a pagar benefícios de aposentadorias e pensões a partir de 01/01/2020.

Considerando que o fundo financeiro é deficitário, conforme consta do anexo 03, onde elaboramos demonstrativo que faz uma comparação entre as arrecadações de contribuições arrecadadas dos segurados e patronal com os benefícios pagos relativos a aposentadoria e pensão.

Considerando que o ente vem honrando o pagamento do parcelamento,

efetuando a antecipação de parcelas, (de termo de parcelamento consta o pagamento em 100 parcelas sendo liquidado em 36), como forma de diminuir o aporte necessário à quitação dos benefícios previdenciários do fundo financeiro, já que teria, segundo a legislação, de custear efetuais déficits no pagamento de benefícios. Assim a transferência de recursos se daria como forma de liquidar o parcelamento e não com o fito de realizar aportes.

Considerando que dos documentos apresentados referentes aos valores originais parcelados, não consta a discriminação de quais valores pertenceriam aos fundos financeiro e previdenciário.

Considerando ainda que o ente tem usado os recursos do fundo previdenciário para sanear o déficit no pagamento de benefícios do fundo financeiro.

Considerando a impossibilidade de aceite do parcelamento pactuado, por ferir o que preceitua a Portaria MPS 402/2008.

Por tudo isso, consideramos os valores pagos no parcelamento como sendo aportes de recursos necessários ao financiamento do déficit no pagamento de benefícios do fundo financeiro,"

18.1 O Ente Federativo por sua vez no RECURSO carreado aos autos questiona o procedimento adotado pela auditoria, nos seguintes termos:

Acrescente-se, ainda, que os parcelamentos realizados por meio das Leis nº 4.348/2011, nº 4.349/2011 e nº 4.574/2012, foram honrados a tempo e modo, e parte deste último inclusive de forma antecipada.

18.1.1. Sobre a questão posta, **a auditoria considerou os valores pagos no parcelamento como sendo aportes de recursos necessários ao financiamento do déficit no pagamento de benefícios do fundo financeiro**, conforme explicitado retro. Frisamos que a conclusão da presente análise é de que **não houve implantação da segregação de massas no RPPS de Montes Claros**. Portanto, em não havendo a implantação da segregação de massas, não há que se cogitar em contribuições para cobertura de déficit de Fundo segregado.

18.1.1.1. No caso em pauta, para solucionar a questão, cabe ao Ente Federativo adotar os seguintes procedimentos:

i) editar lei alterando a legislação anterior para autorizar a reconsolidação das dívidas com base nos parâmetros da Portaria MPS 402/2008, a fim de garantir o mínimo atuarial no pagamento da dívida, bem como autorizar o parcelamento e/ou pagamento de eventuais diferenças geradas em face da reconsolidação;

ii) editada a lei autorizativa, deverá ser apurado, por competência, os valores das bases de cálculo das contribuições parceladas através das leis mencionadas retro (4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012);

iii) com fundamento nas bases de cálculo encontradas, apurar os valores das contribuições devidas em valores originários (servidor e patronal por competência);

iv) após o procedimento retro (apuração do valor originário das contribuições) atualizar os valores originários das contribuições com base na lei que autorizar a reconsolidação da dívida nos parâmetros exigidos pela Portaria MPS 402/2008;

v) no que concerne às parcelas pagas desses parcelamentos elaborados em desacordo com os artigos 5º e 5º-A da Portaria MPS 402/2008, as parcelas pagas desses parcelamentos deverão ser atualizadas nas mesmas bases para efeitos de dedução no valor da dívida reconsolidada e apuração de eventual saldo a pagar e/ou parcelar.

18.1.1.2. A documentação de suporte dos procedimentos mencionados retro deverá ser enviada à SPPS/MF, a título de JUSTIFICATIVAS (artigo 17 da Portaria MPS Nº 530/2014), visando sanear a irregularidade no que concerne a esses parcelamentos."(grifo nosso)

9.6. Para efeito de apropriação dos valores recolhidos pelo ente público, conforme descrito no subitem 9.4 do presente despacho, o ente público optou por priorizar a destinação dos recursos para amortização do débito referente ao desconto de contribuição dos servidores, e tendo em vista que o valor devido referente ao desconto da contribuição dos servidores atualizado até 25/02/2016 alcançou o montante de R\$ **12.559.005,30**, valor inferior ao montante já recolhido pelo Município, verifica-se que não persiste débito dos segurados conforme quadro demonstrativo abaixo reproduzido:

QUADRO 1 – VALORES A PARCELAR		
Atualizados na posição de 25/fev/2016		
Item	-	Valor – R\$
Créditos a apropriar	A	32.998.403,40
Dívida originária SERVIDOR	B	12.559.005,30
Créditos já apropriada Parte Servidor	C=A-B	20.439.398,10
Dívida originária PATRONAL	D	16.473.755,83
Créditos apropriados remanescente	E=C-D	3.965.642,27
Dívida originária VALORES CONFESSIONADOS	F	19.566.023,69
Diferença a parcelar VALORES CONFESSIONADOS	G=E-D	-15.600.381,42

9.7. Verifica-se, ainda, que com o saldo remanescente do crédito das parcelas recolhidas anteriormente, houve abatimento do débito devido atualizado até 25/02/2016 (tabela acima), e desta forma, permaneceu em aberto o valor de R\$ 15.600.381,42, que foi parcelado, **originando o Termo de Acordo de Parcelamento nº 00221/2020.**

9.8. Observa-se no Demonstrativo Consolidado de Parcelamento - DCP do Acordo de Parcelamento nº 00221/2020 como título e rubrica: SALDO REMANESCENTE DE PARCELAMENTO - DESPACHO DE JUSTIFICATIVAS-DJ N°295-2016/DESPACHO DE JUSTIFICATIVAS-DJ N°295-2016. O período também foi cadastrado como 02/2016, considerando que o débito foi apurado até esta data, aplicando IPCA, juros mensais de 0,5%, além de multa para atender os parâmetros estabelecidos no cálculo atuarial do Regime Próprio Municipal. Verifica-se ainda que consta no GESCON RPPS a lei autorizativa deste parcelamento - Lei Complementar nº 79/2020.

9.9. Por conseguinte, o proposto Termo de Acordo de Parcelamento nº 00221/2020 se apresenta regular para aceitação e saneamento do débito levantado pela auditoria fiscal, visto que atende os requisitos propostos na **DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF**, de 18 de agosto de 2016, bem como a utilização de uma só competência para consolidação do termo de parcelamento atende atende os requisitos necessários para atendimento do equilíbrio atuarial, e refere-se exclusivamente ao débito patronal, tendo em vista que o débito da contribuição dos servidores foi quitado, conforme análise contida no item 9.6 do presente despacho.

9.10. Desta forma, restando provado o saneamento integral dos fatos irregulares em desacordo com a legislação federal, a alteração do status de "IRREGULAR" para "REGULAR", no CADPREV, em relação ao critério "Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa" é medida que se impõe.

CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, concluo, com fulcro no art. 267, § 4º da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, que a documentação carreada aos autos não comprova o saneamento das irregularidades julgadas procedentes na Decisão-Notificação - DN nº 041/2014, de 09 de outubro de 2014. Portanto, DECIDO:

a) **ALTERAR a situação do ente federativo de IRREGULAR para REGULAR no Sistema CADPREV** em relação aos critérios: "Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa".

b) **ENVIAR** cópia do presente Despacho para o representante legal do Ente Federativo e à Unidade Gestora do RPPS, para o devido conhecimento.

11. **OPORTUNO** informar que o ente Federativo possui pendências no **PAP nº 61/2005 - Processo SEI nº 44000.002662/2004-21**, também objeto de Despacho de Justificativas.

12. Submetemos o presente Despacho de Justificativas à homologação do Coordenador do Contencioso Administrativo Previdenciário.

Documento assinado eletronicamente

Delúbio Gomes Pereira da Silva

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil

Matrícula: 0.272.318

COORDENAÇÃO DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO, em 30 de agosto de 2022.

1. Homologo o Despacho de Justificativa em voga com fulcro no inciso XXIX do artigo 2º da Portaria MTP nº 1.467/2022.

2. Encaminhe-se o presente Despacho e adotem-se as demais medidas como propostas.

Documento assinado eletronicamente

DAVID PINHEIRO MONTENEGRO

Coordenador de Contencioso Administrativo Previdenciário



Documento assinado eletronicamente por **Delúbio Gomes Pereira da Silva**, **Auditor(a) Fiscal**, em 30/08/2022, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **David Pinheiro Montenegro**, **Coordenador(a)**, em 30/08/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27598538** e o código CRC **7AB13334**.